

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|---|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 7 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 9 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 13 |
| 5.5 - Alterações significativas | 18 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 19 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 22 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 40 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 43 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 44 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 47 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 50 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 51 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 52 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 54 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos ("Política"), aplicável à Companhia e a todas as suas subsidiárias. A Política foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2022, e está disponível para consulta no site ri.alliar.com.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política é estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos e controles internos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e também de modo a fornecer aos seus acionistas e investidores razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras.

De modo a atingir seu objetivo, a Política determina e descreve um sistema de governança de gestão de riscos baseado na metodologia de 3 (três) linhas de defesa do *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* ("COSO ERM"), que estabelece papéis e responsabilidades na aplicação, monitoramento e revisão dos controles de mitigação de riscos e no fortalecimento da governança.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referências e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar de forma negativa suas atividades e operações. Esses riscos são categorizados em 4 (quatro) grupos distintos, conforme abaixo:

| Estratégico | | |
|---|--|--------------------------|
| Governança | Modelo de Negócio | |
| Comunicação e Divulgação | Estrutura organizacional | Orçamento |
| Incentivo de desempenho | Fusão e Aquisição | Satisfação do cliente |
| Conduta | Concorrência e Mercado | Inovação |
| Relacionamento com acionista | Investimentos e Projetos | Continuidade de negócios |
| Estratégia e Planejamento | Propriedade Intelectual | Indicadores (KPI/KRI) |
| Aderências às políticas e normas internas | Desenvolvimento de produtos e serviços | Gestão de Conhecimento |
| Sucessão | Orçamento | |

| Financeiro | | |
|---------------|---------------|-----------------------------|
| Crédito | Mercado | Liquidez |
| Concentração | Câmbio | Custo de Oportunidade |
| Garantia | Commodities | Disponibilização de capital |
| Inadimplência | Derivativos | Fluxo de caixa |
| | Taxa de Juros | |
| | Participações | |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

| Operacional | | | |
|-----------------------------|--|--|-------------------------|
| Processo | Pessoal | TI | Ambiente Organizacional |
| Canal de distribuição | Capacitação | Acesso | Saúde e Segurança |
| Capacidade Operacional | Dependência de pessoal | Segurança e integridade de informações | Recursos naturais |
| Gestão de recebível | Administração de pessoal | Credibilidade e sigilo | Ativos |
| Falha de produto e serviços | Desenvolvimento e retenção de talentos | Plataforma e Aplicações | |
| Fornecimento | | Infraestrutura | |
| Gestão de contratos | | Eficiência | |
| Terceirização e parceria | | Governança e Controles | |
| Perda e/ou obsolescência | | | |
| Segurança patrimonial | | | |
| Controles Internos | | | |
| Práticas comerciais | | | |

| Compliance | | |
|-------------|-----------------------|-----------------|
| Regulatório | Direito Adm e Publico | Compliance |
| Ambiental | Criminal | Data Protection |
| Trabalhista | Imobiliário | |
| Tributário | Societário | |
| Cível | Concorrencial | |

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Para se proteger dos riscos, a Companhia adota um processo de gerenciamento de riscos baseado no COSO-ERM, o qual é composto por 5 (cinco) etapas: identificação, priorização, resposta, monitoramento e reporte.

Identificação

Identificação dos fatores de riscos e implicações nos objetivos projetados, por meio dos seguintes instrumentos: (i) entrevistas com pessoas chave da Companhia, colaboradores e/ou profissionais de mercado com reconhecida capacidade técnica no assunto; (ii) auditorias nos processos internos; (iii) registros de não-conformidade apurados pelos proprietários dos riscos; e (iv) denúncias por meio do Canal de Denúncias, disciplinado no Código de Conduta e Ética; entre outros.

Priorização

Cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados.

Resposta

A partir da identificação e priorização dos riscos, são implementadas respostas, que consideram os seguintes critérios: (i) eliminar totalmente a fonte do risco; (ii) reduzir a probabilidade e/ou impacto de um risco para um limite aceitável; ou (iii) aceitar o risco.

Monitoramento

Após selecionada a resposta ao Risco, a Companhia poderá necessitar desenvolver um plano de ação para executar a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

resposta. Esse plano poderá contar com atividades preventivas, detectivas, manuais, computadorizadas e/ou controles administrativos.

Reporte

As informações pertinentes são identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e no prazo, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

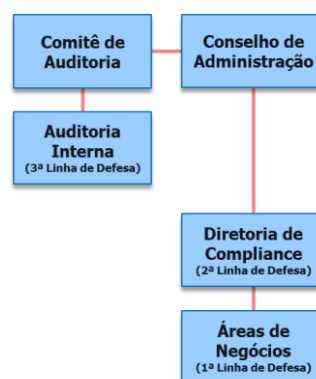
Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, o gerenciamento de riscos da Companhia segue o modelo de 3 (três) linhas de defesa do COSO-ERM. Neste sentido:

1ª Linha de Defesa: é representada pelas Áreas de Negócio, cujos colaboradores são os responsáveis diretos pela gestão dos riscos e pela aderência às normas associadas às suas atividades, bem como pela execução dos controles internos e pela implementação de medidas corretivas para o devido tratamento dos riscos.

2ª Linha de Defesa: é representada pela Função de Riscos e Controles Internos e pela Função de Compliance, ambas exercidas pela Diretoria de Compliance. Ambas as funções atuam na garantia do apropriado funcionamento da primeira linha, por meio do estabelecimento de controles, na identificação de falhas de performance de controles e na identificação de desvios de políticas e procedimentos internos. As atividades da Função de Riscos e Controles Internos e da Função de Compliance são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria e reportadas para o Conselho de Administração. Os colaboradores que exercem as Funções de Riscos e Controles Internos e de Compliance não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia.

3ª Linha de Defesa: é representada pela Auditoria Interna que atua no fornecimento de avaliações independentes à administração, por meio de técnicas de auditoria. Permite à administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas e regulamentações. A Auditoria Interna, que é exercida por empresa terceirizada, tem suas atividades reportadas periodicamente ao Conselho de Administração da Companhia, por meio do Comitê de Auditoria, e as atribuições da Auditoria Interna são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Sendo assim, o gerenciamento de riscos está estruturado conforme organograma e descrições abaixo:



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Conselho de Administração

- a) Aprovar: (i) as diretrizes, estratégias e políticas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance; e (ii) as posições da Função de Riscos e Controles Internos e Função de Compliance na estrutura organizacional.
- b) Prover os meios necessários para que os processos e estrutura relacionados ao gerenciamento de riscos, controles internos e compliance sejam exercidas adequadamente.
- c) Reunir-se com a Diretoria, no mínimo a cada seis meses, como parte da avaliação da efetividade do gerenciamento de riscos.
- d) Assegurar a: (i) adequada gestão da Política; (ii) efetividade e a continuidade da aplicação da Política; (iii) comunicação da Política a todos os colaboradores; e (iv) disseminação de padrões de integridade e conduta ética como parte da cultura da Companhia.
- e) Fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados.
- f) Assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional para cumprir com suas atribuições indicadas abaixo, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento.
- g) Receber, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna, da Função de Riscos e Controles Internos e da Função de Compliance, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento destas são suficientes ao desempenho de suas funções.

Comitê de Auditoria

- a) Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.
- b) Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras.
- c) Acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da Função de Riscos e Controles Internos da Companhia e reportá-las ao Conselho de Administração.
- d) Avaliar e monitorar a exposição de risco da Companhia.
- e) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas.
- f) Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além da Política, com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.
- g) Avaliar, no mínimo anualmente, a estrutura da Auditoria Interna, da Função de Riscos e Controles Internos e da Função de Compliance, em relação aos seguintes aspectos: (i) definição clara das atribuições, papéis e responsabilidades; (ii) posicionamento em nível hierárquico adequado, independente e segregado de áreas operacionais; (iii) estrutura organizacional consistente com as necessidades da Companhia e alocação de pessoal em quantidade suficiente, adequadamente treinado e com experiência necessária para o exercício das atividades relacionadas às respectivas funções; e (iv) efetividade da cumprimento das políticas.

Diretoria

- a) Gerir os negócios, operações e desenvolvimento de projetos estratégicos relacionados aos controles internos.
- b) Atualizar o mapa de riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- c) Estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão.
- d) Avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e recomendar ações de respostas.
- e) Acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos e do sistema de controles internos.
- f) Disseminar a cultura da gestão de risco e controles internos em toda a Companhia.

Auditoria Interna

- a) Aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados aos negócios da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva.
- b) Fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir o cumprimento e o processos e estrutura de gerenciamento de riscos e que adequação dos controles internos esteja sendo devidamente obedecida.

Função de Riscos e Controles Internos

- a) Avaliar, monitorar e controlar os limites operacionais estabelecidos pelos reguladores para garantir a aderência regulatória da Companhia, mesmo quando não houver obrigatoriedade de envio periódico ao regulador.
- b) Apoiar a primeira linha de defesa na observação de suas responsabilidades diretas.
- c) Disseminar os padrões de integridade e ética como parte da cultura de riscos e controles internos da Companhia, além de divulgar as boas práticas e políticas relacionadas à compliance.
- d) Orientar e aconselhar os colaboradores da Companhia, direcionando soluções específicas sobre o cumprimento da Política.
- e) Categorizar os riscos conforme sua prioridade e monitorar a exposição da Companhia a esses riscos.
- f) Certificar a eficiência do ambiente de gerenciamento de riscos e controles internos.
- g) Revisar os planos de ação desenvolvidos pelas Áreas de Negócios e acompanhar o seu andamento.
- h) Informar à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e reportar ao Conselho de Administração as situações relevantes e que não estejam em conformidade.
- i) Elaborar relatórios de reporte ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, consolidando a avaliação de riscos da Companhia.

Função de Compliance

- a) Zelar pela aplicação do Código de Conduta e Ética da Companhia.
- b) Auxiliar a Função de Riscos e Controles Internos e a Diretoria na avaliação dos riscos de compliance.
- c) Acompanhar a implementação dos planos de ação relacionados aos riscos de compliance.
- d) Coordenar as melhorias de processos para mitigar os riscos de compliance.

Áreas de Negócio

- a) Informar aos seus colaboradores os assuntos relativos à gerenciamento de riscos e controles internos.
- b) Relacionar-se com Órgãos Reguladores, Supervisores e Fiscalizadores, atendendo às suas solicitações e emitindo a eles os reportes devidos.
- c) Identificar, mensurar e gerenciar os fatores de risco que possam influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

e operacionais da Companhia.

- d) Manter um efetivo ambiente de gerenciamento de riscos e controles internos, consistente com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio das operações realizadas, de forma a assegurar o efetivo gerenciamento dos riscos, mantendo a exposição aos riscos em níveis aceitáveis.
- e) Manter a conformidade com as normas e exigências regulatórias.
- f) Fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análises.
- g) Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.
- h) Desenvolver e dar cumprimento aos planos de ação.

A estrutura envolvida no gerenciamento de riscos da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de março de 2022. Para fins de adequação ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia, dentre outras medidas, constituiu Comitê de Auditoria, está em processo de contratação de empresa de auditoria independente registrada perante a CVM para desempenho das funções de auditoria interna e reformulou as demais atribuições e estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos.

A Companhia está vivenciando um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos e espera que todas as estruturas descritas neste item 5.1.b.iii se encontrem plenamente funcionais até 31 de julho de 2022.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos.

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política.

Além disso, em avaliação realizada em 28 de março de 2022, o Conselho de Administração considera que a Auditoria Interna tem estrutura e orçamento considerados suficientes para o desempenho de suas funções.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos**

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, utilizando a Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, citada nos itens 5.1(a) e (b) deste Formulário de Referência.

Nesse contexto, a Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

Não obstante não possua uma política formalizada, a Companhia possui um Comitê de Riscos e Compliance, conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência, que se reúne mensalmente para discutir os riscos considerados relevantes, as ações que serão, ou foram, tomadas para mitigar seus efeitos e as melhores práticas de controles internos das áreas corporativas.

Adicionalmente, a administração dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta é coordenada pela Diretoria Financeira, por meio de (i) monitoramento periódico de indicadores macroeconômicos e portfólio de clientes e contratos; (ii) gestão ativa dos contratos, incluindo medidas preventivas (tais como análise de risco de crédito antes da contratação com potenciais clientes) e atualização das condições financeiras dos clientes; e (iii) manutenção de contas-correntes bancárias com instituições aprovadas pela administração com o objetivo de diversificação de risco. Essas ações são reportadas regularmente à Diretoria e ao Conselho de Administração, que analisam as informações e discutem diretrizes e medidas para aprimorar as práticas de controle da Companhia.

A Companhia possui como prática não efetuar aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo.

Ademais, a Companhia adota como conduta de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) monitorar frequentemente o desenvolvimento de seus projetos e as tendências do setor de diagnósticos e saúde para aprimorar a compreensão e análise de mercado como forma de atenuar os riscos e maximizar o retorno do negócio; e (iii) monitorar a eficiência e diligência nos seus gastos, analisando seus diversos processos e a forma como os investimentos estão sendo alocados, bem como o acompanhamento do volume de despesas, buscando meios para que sejam reduzidas, atenuando, assim, riscos de desperdício e mal gerenciamento de recursos.

A Companhia entende que os principais riscos de mercado aos quais está exposta são tratados nas práticas e objetivos específicos desenvolvidos pelo seu Comitê de Riscos e Compliance, pelo seu Comitê de Auditoria e por sua Diretoria Financeira e que sua Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, em conjunto com as práticas e condutas acima mencionadas, permite o gerenciamento eficaz dos riscos de mercado inerentes às atividades da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Apesar de não ter uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a administração destes riscos é efetuada por meio das estratégias operacionais e dos controles internos da Companhia, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das suas operações.

A administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementou e aprimora seus controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Ademais, a Companhia também implementa em seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras e à geração de informações gerenciais, padrões e procedimentos de controle e monitoramento que visam garantir fidedignidade e transparência compatíveis com os requisitos atualmente exigidos pelo ambiente de negócios. Neste processo, as áreas de controladoria e finanças validam as informações e a consistência das informações contábeis com as informações acompanhadas pelos gestores mensalmente. Todas as linhas de resultado de cada unidade ou centro de custos são disponibilizadas para os respectivos gestores, que na análise de suas informações também contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Esses procedimentos visam adicionalmente a aprimorar a performance e supervisão organizacional, reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia ou de perdas atribuíveis a fatores relacionados a desempenho, decisões, imagem ou quaisquer outros.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para assegurar a elaboração e revisão eficientes de demonstrações financeiras, a integridade das informações e para proteção de seu patrimônio e interesses em relação a riscos de diferentes naturezas, a Companhia dispõe de procedimentos e recursos, incluindo:

- Equipes de tecnologia da informação, controladoria e auditoria interna;
- Automatização da maioria dos lançamentos contábeis;
- Controle dos acessos lógicos aos sistemas, segregação de funções para transações críticas em relação à segurança dos processos;
- Definição de alçadas de aprovação para transações conforme sua relevância;
- Revisão gerencial dos fechamentos contábeis, das conciliações bancárias, de lançamentos contábeis manuais e de resultados de inventários;

A estrutura de governança conta ainda com código de ética, canal de denúncias, políticas e procedimentos que referentes à definição de princípios, responsabilidades, atribuições e critérios quanto a manutenção de registros fidedignos e adequados das operações da Companhia para permitir a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e com relação à certeza de que os recebimentos e dispêndios estejam sendo feitos somente conforme a autorizações da administração e do Conselho de Administração.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências são relatadas nas Cartas de Controles Internos da Auditoria Externa ou nos Relatórios de Auditoria Interna, e são reportadas à Administração, desdobrando-se em planos de ação para mitigar a exposição a riscos e / ou corrigir os processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A estrutura de governança é considerada pela Diretoria como eficaz para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios das Companhias, bem como para a tomada de decisões tempestivas em relação à minimização de riscos e otimização de oportunidades.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O sistema de controles internos da Companhia conta com as áreas de Controladoria, Auditoria Interna, Segurança da Informação. Dentre as responsabilidades dessas áreas estão:

- (i) identificar e mensurar os riscos existentes nos processos da Companhia;
- (ii) avaliar a eficácia dos controles destinados à mitigação desses riscos;
- (iii) endereçar junto à Alta Administração ações que reduzam ou eliminem a exposição da Companhia aos riscos, mediante o aperfeiçoamento dos controles;
- (iv) garantir um ambiente de integridade corporativa que garanta uma atuação sustentável e perene;
- (v) assegurar a adequação dos controles internos que tragam confiabilidade e integridade às demonstrações financeiras e
- (vi) estabelecer rotina de monitoramento que garanta constante acompanhamento e aprimoramento de todo o sistema de controles internos.

A Companhia possui também comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, dentre eles: Comitê Financeiro, Comitê Médico e Comitê de Riscos. Cabe também ressaltar que a responsabilidade primária pela manutenção dos controles internos e gerenciamento dos riscos é atribuição de cada área de negócios da Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de supervisão e acompanhamento da eficiência dos controles internos voltados à elaboração e assecuração das Demonstrações Financeiras está descrito nos itens a e b acima.

Adicionalmente, a administração acompanha e avalia a eficácia dos mecanismos de controle como elementos de identificação, mensuração e mitigação de riscos de qualquer natureza que possam afetar os interesses e/ou o patrimônio da Companhia, e para garantir a aplicação mais racional possível dos recursos disponíveis. São realizados planos de ações de melhorias de controle interno, que são objeto de "follow up" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação. A eficácia do controle interno da Companhia sobre a divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2021 foi revisada pela Ernst & Young Auditores Independentes, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Ernst & Young Auditores Independentes ("Auditores") realizou o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de expressar suas opiniões a respeito destas demonstrações e emitir suas sugestões para melhoria dos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Nesse contexto, foram apontadas as seguintes deficiências:

1) Procedimento de reconhecimento de receita

Ponto:

Com base em discussões com a Administração e em outros procedimentos realizados foi verificada a ausência de conciliação tempestiva, detalhada e automatizada dos serviços prestados e ainda não faturados, considerando inclusive a expectativa de recuperabilidade dos saldos. Não obstante, pode haver atraso na inclusão de informações no sistema quanto à data de conclusão dos laudos emitidos para certos serviços prestados, bem como do envio de informações dos exames realizados às operadoras de planos de saúde. Adicionalmente, o reconhecimento da receita considera a efetiva realização dos exames, todavia, não considera, para todos os exames, a data de cumprimento de todas as obrigações de desempenho, destacando-se a data de emissão dos laudos dos exames. Dessa forma, o reconhecimento da receita não considera, em sua completude, os princípios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente ao IFRS 15 - Revenue from Contracts with Clients). O IFRS 15/CPC 47 determina que a Companhia avalie dentre outros fatores as obrigações de desempenho dos contratos, que no caso de certos exames da Alliar é cumprida no momento da emissão do laudo com o resultado do exame e sua disponibilização para um cliente particular ou beneficiário de plano de saúde. Em decorrência de tal prática foi identificado um ajuste de auditoria, líquido de impostos e efeitos decorrentes de exercícios anteriores, na ordem de (R\$ 1.377) mil.

Risco:

A ausência de informações relevantes para o reconhecimento da receita e contas a receber a faturar como a data em que ocorreu a prestação do serviço, prazo de faturamento acordado entre a Companhia e operadoras de saúde, data de emissão do laudo e status do exame no que tange seu faturamento, podem impactar em erro no reconhecimento contábil em relação ao valor, cumprimento das obrigações de performance e expectativa de que os benefícios gerados pela prestação do serviço fluirão para a Companhia, potencializando os riscos de erros se materializarem.

e. **Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao período findo em 31 de dezembro de 2021. De acordo com a avaliação da Administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade de distorções de magnitude relevante que possam surgir nas demonstrações financeiras. Os comentários e planos de ação são apresentados a seguir:

1) Procedimento de reconhecimento de receita

Plano de Ação A administração está em fase de desenvolvimento para reconhecimento via data laudo de forma integrada com o Pleres, para os serviços que possuem a emissão do laudo. Desta forma, vale destacar que alguns tipos de serviços prestados pela Companhia não necessariamente resulta na emissão de um laudo e, desta forma, a Companhia está desenvolvendo o processo, observando o momento em que efetivamente cumpre a obrigação de desempenho nestes serviços para que a receita seja reconhecida neste momento específico do tempo, conforme o CPC 47, como por exemplo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(i) a aplicação de vacinas cujo reconhecimento da receita já ocorre na data da aplicação; e (ii) análises clínicas cujo reconhecimento da receita deverá ser realizado na data da emissão do resultado dos exames.

Responsáveis: Contabilidade

Data Prevista de Correção: dezembro/2022.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

Para fins de adequação ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia revisou seu Código de Conduta e Ética ("Código de Conduta e Ética") visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

O Código de Conduta e Ética, cuja última versão foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2022, está disponível para consulta no site ri.alliar.com e trata, entre outras matérias, sobre a importância de cumprimento com legislação e regulamentos aplicáveis às suas atividades, especialmente com leis que proíbem práticas de corrupção.

Além do Código de Conduta e Ética, a Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade:

Política de Compliance: A Companhia adota Política de Compliance ("Política de Compliance"), que foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2022. A Política de Compliance tem como objetivo estabelecer e divulgar as diretrizes e principais atribuições associadas à Função de Compliance da Companhia, que é uma instância independente e autônoma da Companhia, responsável por prevenir e mitigar seus riscos de compliance.

Avaliação Mensal de Riscos: Os riscos de compliance são reavaliados periodicamente pela Função de Compliance da Companhia, conforme descrito em sua Política de Compliance e, havendo necessidade, o Código de Conduta e Ética e demais políticas da Companhia são adaptadas.

Relacionamento com Terceiros: A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Conduta e Ética, os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber, realizar ou prometer quaisquer tipos de pagamentos impróprios e doações em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.

Cláusulas Contratuais Anticorrupção: De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito de a Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.

Relacionamento com Órgãos Públicos: A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A Companhia possui uma Função de Compliance, a qual, conforme mencionado acima, é responsável por prevenir e mitigar riscos de sanções legais ou regulatórias, de perdas financeiras ou de danos reputacionais, decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, padrões técnicos, Código de Conduta e Ética ou políticas internas da Companhia.

A Função de Compliance é exercida pela Diretoria de Compliance estatutária e se reporta diretamente para o Conselho de Administração da Companhia. De modo de evitar conflitos de interesse, os colaboradores da Diretoria de Compliance não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia. Pelo mesmo motivo, suas metas e sua remuneração não podem estar relacionadas ao desempenho das áreas de negócio.

As demais prerrogativas e atribuições da Função de Compliance estão previstas na Política de Compliance, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2022, e disponível para consulta no site ri.alliar.com.

Além disso, a Companhia possui Comissão de Ética, a qual é responsável por gerenciar e garantir o adequado funcionamento do canal de denúncias. Cumpre à Comissão de Ética documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente. A Comissão de Ética é convocada na medida em que houver necessidade e composta por membros da diretoria da Companhia que não ocupam cargos operacionais.

É assegurado à Comissão de Ética autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário. A Função de Compliance também tem estrutura e recursos adequados ao desempenho de suas funções.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Conduta e Ética que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional. Conforme mencionado acima, em 2022, a Companhia revisou seu Código de Conduta e Ética para fins de adequação ao Regulamento do Novo Mercado e esta nova versão foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2022.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Código de Conduta e Ética é aplicável a todos os acionistas, membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes da Companhia e de todas as suas subsidiárias, independentemente da forma de contratação, vínculo ou hierarquia, além daqueles que têm o poder de assinar contratos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias ("Colaboradores").

Além disso, o Código de Conduta e Ética também deve ser observado por clientes, consultores, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que esteja prestando serviços ou que mantenha relacionamento com a Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

Os Colaboradores devem aderir formalmente ao Código de Conduta e Ética no momento inicial de sua contratação. O Código de Conduta e Ética está disponível no site da Companhia, ou ainda em: https://ri.alliar.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=61237.

Além disso, a Companhia promoverá treinamentos, de periodicidade mínima anual, a todos os seus Colaboradores, sobre a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta e Ética e nas demais normas internas, bem como para esclarecimento de informações necessárias para um melhor entendimento e prática contínua de suas disposições.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**

Conforme previsto no Código de Conduta e Ética, qualquer Colaborador que violar o disposto no documento ou apresentar qualquer outro comportamento que represente falta de ética, estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares ou sanções, que poderão incluir (i) advertência formal; (ii) suspensão temporária; (iii) término da relação de trabalho, com justa causa, ou rescisão de contrato (em caso de terceiros); ou (iv) término da relação comercial.

As medidas disciplinares e sanções levarão em consideração as circunstâncias específicas do caso e uma variedade de fatores, entre eles a gravidade, o prejuízo real ou potencial, a frequência das violações, violações anteriores e esforços

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

cooperativos ou mitigadores por parte do autor da violação.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Conduta e Ética, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2022. O mesmo está disponível no site da Companhia ri.alliar.com.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui, desde o segundo semestre de 2016, canal de denúncia ("Canal de Denúncias"), por meio do qual qualquer pessoa pode reportar dúvidas e suspeitas de violações ao Código de Conduta e Ética, bem como às demais políticas internas da Companhia.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

O canal de denúncias é gerido por empresa independente e especializada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O Canal de Denúncias da Companhia é aberto para todos os Colaboradores e terceiros, de forma gratuita, pelos seguintes meios:

- Website: www.canaldedenuncia.com.br/alliar
- Telefone: 0800 300 4479

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e**

O Canal de Denúncias assegura a confidencialidade das informações recebidas e possibilita o anonimato daqueles que preferiram não se identificar.

Nos termos do seu Código de Conduta e Ética, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Conduta e Ética, sujeitando os infratores às medidas disciplinares e sanções cabíveis.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

Conforme previsto no Código de Conduta e Ética, a Comissão de Ética é responsável por gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal de Denúncias.

Em casos de denúncias que envolvam a Comissão de Ética, o Comitê de Auditoria ou seus membros, o Conselho de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Administração será responsável pela apuração. Casos envolvendo o Conselho de Administração ou seus membros serão apurados pelo Comitê de Auditoria. Por sua vez, casos de envolvimento de membros da Diretoria serão encaminhados pela Comissão de Ética ao Conselho de Administração para deliberação e tratativas. O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração também garantem o anonimato do denunciante e práticas de não retaliação na apuração.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas; e

Todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias são submetidos ao processo de *due diligence* com o objetivo de identificar e avaliar quaisquer pontos de atenção que possam afetar a reputação da Companhia.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Possuímos, conforme respostas anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No contexto de adequação ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia elaborou e formalizou sua Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Em que pese a Companhia não possuir política formalizada específica de gerenciamento de riscos de mercado, em complemento ao item 5.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos de mercado na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, previsão, monitoramento e comunicação de riscos de mercado inerentes às suas atividades e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos, padronizando as atividades de controle e de gerenciamento dos riscos que devem ser desempenhadas em todos os níveis da Companhia e nos estágios de seus processos corporativos.

Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são aqueles descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Para garantir a proteção patrimonial, a Companhia mantém suas aplicações atreladas ao CDI, de modo a garantir um *hedge* natural frente à sua exposição passiva, mitigando parte do impacto negativo de oscilações de taxas de juros.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de *hedge*.

Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Atualmente a Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*), exceto na linha de empréstimo 4.131, por meio das quais referido instrumento financeiro engloba um instrumento de proteção patrimonial.

Conforme mencionado a Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Adicionalmente, a Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de capital: A Companhia gerencia esse risco por meio (i) da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio; e (ii) da revisão periódica de sua estrutura de capital e da estrutura de capital de suas controladas considerando, para tanto, o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Risco de taxas de juros: Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de (i) suas aplicações atreladas ao CDI, de modo a garantir um *hedge* natural frente à sua exposição passiva; e (ii) um mix apropriado de empréstimos a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

Risco de taxa de câmbio: Esse risco é administrado pela Companhia de acordo com os parâmetros estabelecidos por sua administração, por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Risco de crédito: Esse risco é gerenciado pela Companhia por meio do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de tais créditos.

Risco de liquidez: A Companhia gerencia esse risco mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

No ano de 2021, foram realizadas uma série de medidas com o objetivo de preservação do caixa. A Companhia realizou negociações com alguns de seus principais credores a fim de alongar o cronograma de vencimentos de suas dívidas, reduzindo a concentração de vencimentos de empréstimos e financiamentos nos próximos 12 meses e reforçando a solidez financeira do balanço. Para 2022, a Companhia permanece empenhada em negociar o alongamento de sua dívida, buscando também alternativas para reforçar o caixa.

Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não opera com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Apesar de não ter uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a administração destes riscos é feita por meio de suas estratégias operacionais e de seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia.

Tais procedimentos são coordenados pela Diretoria Financeira da Companhia, por meio de (i) monitoramento periódico de indicadores macroeconômicos e portfólio de clientes e contratos; (ii) gestão ativa dos contratos, incluindo medidas preventivas (tais como análise de risco de crédito antes da contratação com potenciais clientes) e atualização das condições financeiras dos clientes; e (iii) manutenção de contas-correntes bancárias com instituições aprovadas pela administração com o objetivo de diversificação de risco.

As ações acima mencionadas são reportadas regularmente à Diretoria e ao Conselho de Administração, que analisam as informações e discutem diretrizes e medidas para aprimorar as práticas de controle da Companhia.

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A Companhia entende que consegue, por meio de seu Comitê de Riscos e Compliance, de seu Comitê de Auditoria e de sua Diretoria Financeira, avaliar e monitorar os riscos de mercado inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, sendo os resultados dessa avaliação periodicamente reportados ao Conselho de Administração para discussão sobre os referidos riscos e exposições.

Assim, a administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores e informações financeiras constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e devem ser lidos em conjunto com tais demonstrações financeiras, as quais foram elaboradas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos diretores da Companhia e traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a compreender as (i) as mudanças nas linhas principais das demonstrações financeiras entre os períodos analisados; e (ii) os principais fatores que explicam tais variações.

A análise dos diretores da Companhia esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. Não obstante, determinadas discussões contidas neste item incluem declarações prospectivas que envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais da Companhia e o momento em que os eventos ocorrem podem diferir materialmente daqueles expressos ou implícitos em tais declarações prospectivas como resultado de vários fatores, incluindo aqueles estabelecidos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência. A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para nosso balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ainda que não possamos garantir que a situação permanecerá inalterada, entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Os diretores da Companhia entendem que a geração de caixa da Companhia e as linhas de crédito disponíveis são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente e o índice de endividamento da Companhia nas datas de encerramento dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| (Em milhares de reais – R\$, exceto índices) | Em 31 de dezembro de | | |
|--|----------------------|-----------|-----------|
| | 2021 | 2020 | 2019 |
| Ativo circulante | 489.288 | 568.932 | 417.043 |
| Passivo circulante | 589.530 | 476.481 | 406.231 |
| Passivo não circulante | 743.265 | 840.437 | 674.888 |
| Patrimônio líquido | 1.209.434 | 1.223.684 | 1.320.002 |
| Índice de liquidez corrente ⁽¹⁾ | 0,83 | 1,18 | 1,03 |
| Índice de endividamento total ⁽²⁾ | 1,10 | 1,08 | 0,82 |

⁽¹⁾ O índice de liquidez corrente é calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

⁽²⁾ O índice de endividamento total é calculado por meio da divisão do total do passivo (circulante e não circulante) pelo patrimônio líquido.

Os diretores da Companhia entendem que: (i) a redução do índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 é resultado, principalmente, da maior parcela do endividamento no curto prazo e da redução de caixa entre os anos; e (ii) o aumento do índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 é resultado, principalmente, da gestão da Companhia no alongamento das dívidas contratadas.

Os diretores da Companhia esclarecem que os aumentos do índice de endividamento total entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 e entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 são devidos, principalmente, ao maior volume de dívidas contratadas em tais exercícios para financiar o plano de expansão e investimentos da Companhia.

Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020

O ano de 2021 reforçou a resiliência do setor de Medicina Diagnóstica com a recuperação das métricas operacionais, afetadas diretamente pela pandemia causada pela Covid-19. A receita bruta apresentada foi a maior da história da Companhia e atingiu R\$ 1,2 bilhão, crescimento orgânico de 22% em relação ao exercício anterior. O desempenho da receita reflete a retomada do core business, com destaque para os exames de imagem (ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia e outros), e um forte posicionamento em análises clínicas (AC ex-covid), com faturamento de R\$160 milhões, crescimento de 25% em relação ao faturamento do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Considerando os exames de Covid-19, o faturamento de Análises Clínicas atingiu R\$218 milhões em 2021. Além do core business, a receita também foi favorecida pela participação dos Novos Negócios, a exemplo da expansão do iDr (i.e. Inteligência Diagnóstica Remota), cuja receita totalizou R\$17 milhões em 2021 e pelo lançamento do Marketplace Cartão Aliança.

O Lucro Bruto totalizou R\$356 milhões em 2021, crescimento de R\$133 milhões frente à 2020. O aumento do lucro bruto é reflexo direto da recuperação da receita, associada ao rígido controle de custos na operação, que permitiu uma expansão da margem bruta, totalizando 31%.

No acumulado do ano, o EBITDA ajustado atingiu R\$262 milhões, crescimento de R\$120 milhões em relação ao ano anterior. Essa melhor performance é atribuída à retomada da receita e ao trabalho de contenção de gastos e renegociações dos custos e despesas ao longo do ano.

Em 2021, o Lucro Líquido totalizou R\$2 milhões, recuperando R\$94 milhões em relação a 2020. A dívida líquida total ficou em R\$700 milhões no final do ano de 2021, 15% acima do mesmo período no ano anterior devido à maior necessidade de caixa para financiar o incremento do nosso capital de giro, refletindo a retomada da demanda de exames e ao aumento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

das taxas de juros. No entanto, o indicador dívida líquida total / EBITDA ajustado alcançou 2,67x ao final do período, uma redução de 38% em relação ao indicador de 4,29x reportado em 2020.

Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019

O ano de 2020 foi marcado pelo impacto da pandemia da Covid-19. Em função dos impactos iniciais da pandemia, a receita de 2020 totalizou R\$ 928.8 milhões, uma contração de 13.4% em relação à 2019. O impacto da pandemia foi mais intenso no resultado do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com variações na receita líquida de - 48.5% a.a., -6.1% a.a. e +11.8% a.a., respectivamente.

Em meio função do impacto inicial da pandemia, a Companhia priorizou medidas de Liquidez Financeira, reforçando o caixa com uma captação de R\$230 milhões. Além desse reforço, foi executado iniciativas de austeridade, a exemplo da adequação da capacidade operacional, através do fechamento temporário de 45 clínicas e redução nos horários de atuação, com posterior reabertura em meados do 2T20 e 3T20. Entre diversas iniciativas de contenção, a Companhia adotou medidas no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (nos termos da Medida Provisória nº 936 e, posteriormente da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020), congelou temporariamente o plano de expansão, postergou o pagamento de dividendos para o final do exercício; renegociou contratos junto aos nossos fornecedores e parceiros e realizou uma revisão de custos e despesas.

A fim de reforçar ainda mais a solidez financeira do nosso balanço patrimonial, renegociamos junto aos nossos credores novos prazos e condições de pagamento, reduzindo de forma expressiva a participação da dívida de curto prazo. Além do sucesso no alongamento de vencimentos, o balanço se beneficiou da geração de caixa operacional que, apesar do ano desafiador, teve uma performance robusta, totalizando R\$ 121.5 milhões em 2020. Encerramos o exercício de 2020 com uma posição sólida de Caixa, no valor de R\$229.1 milhões, substancialmente acima do caixa reportado o exercício de 2019, no valor de R\$88.3 milhões.

Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018

Já em 2019, a receita líquida recuou ligeiramente em 0,38% comparado a 2018, passando de R\$1.076,9 milhões para R\$1.072,8 milhões. Um dos principais motivos foi a redução no quadro de unidades da Companhia, especialmente uma mega unidade na Bahia, vendida no final de 2018. A companhia contava então com 118 unidades em 2017, reduzindo para 111 unidades em 2018 e contando com 107 unidades em 2019. Mesmo com a redução da quantidade de unidades, o recuo da receita foi muito pouco expressivo. De forma similar, o número de equipamentos de ressonância magnética, um dos principais drivers do setor, apresentou uma pequena redução: em 2017 a Companhia possuía 122 equipamentos em operação, já em 2018 possuía 121 equipamentos e em 2019 passou a contar com 116 equipamentos em operação, mantendo ainda sua posição de segunda maior no segmento de diagnóstico por imagem em número de equipamentos de Ressonância Magnética, conforme o CNES.

b. Estrutura de capital

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019 era respectivamente de R\$ 1.209,4 milhões, R\$ 1.223,7 milhões e R\$ 1.320,0 milhões. A redução do Patrimônio Líquido em 2021 é resultado tanto do prejuízo de exercício de 2021, quanto das ações em tesouraria.

O Capital de terceiros na Companhia ao final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019 era respectivamente de R\$ 1.322,8 milhões, R\$ 1.316,9 milhões e R\$ 1.081,1 milhões. O aumento do capital de terceiros de 45,0% em 2019 para 51,8% em 2020 e, finalmente, para 52,4 em 2021, reflete as captações bancárias realizadas no âmbito do reforço de caixa e priorização de medidas de Liquidez Financeira.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Segue abaixo tabela com a composição da estrutura de capital da Companhia no final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019:

| (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|--|------------|------------|------------|
| Capital de Terceiros (Passivo Circulante e Não circulante) | 1.332.795 | 1.316.918 | 1.081.119 |
| Capital Próprio (Patrimônio Líquido) | 1.209.434 | 1.223.684 | 1.320.002 |
| Capital Total (Terceiros + Próprio) | 2.542.229 | 2.540.602 | 2.401.121 |
| Capital de Terceiros/Capital Total | 52,4% | 51,8% | 45,0% |
| Capital Próprio/Capital Total | 47,6% | 48,2% | 55,0% |

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia nas datas indicadas acima era equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela acima.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o nível de geração de caixa operacional da Companhia e a sua capacidade de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Diretoria acredita que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

Os índices de liquidez geral da Companhia (total do ativo dividido pelo total do passivo) ao final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019 eram de 1,91, 1,93 e 2,21, respectivamente, enquanto os índices de liquidez corrente da Companhia (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) ao final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019 eram de 0,83, 1,18 e 1,03, respectivamente. Além disso, no final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019 a Companhia possuía R\$ 777,9 mil, R\$ 793,9 mil e R\$ 614,8 mil, respectivamente, em empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), números que apontam condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não-circulantes e no capital de giro nos exercícios de 2021, 2020 e 2019, a Companhia se utilizou da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros, conforme descritos no item (f) abaixo.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros e de emissão de novas ações, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, compra de equipamentos e eventualmente novas aquisições.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas****i./ii. contratos de empréstimos e financiamentos e outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A tabela abaixo mostra a evolução do endividamento da Companhia no final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019:

| Empréstimos | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| (em R\$ milhares) | | | |
| CIRCULANTES | | | |
| Empréstimos e financiamentos e Debêntures | 366.556 | 262.982 | 249.778 |
| Total do endividamento circulante | 366.556 | 262.982 | 249.778 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 411.430 | 530.857 | 364.991 |
| Total do endividamento não circulante | 411.430 | 530.857 | 364.991 |
| Total do endividamento | 777.986 | 793.839 | 614.769 |

As características dos principais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas estão descritas a seguir:

| Devedor | Modalidade | Vencimento | Indexador | Taxa Contratual |
|----------------|-------------------------------|---------------------------|------------------|------------------------|
| Companhia | Financiamento de Equipamentos | Mensal mar/17 a fev/22 | Pré-fixado | 10,59% a.a. |
| Companhia | Financiamento de Equipamentos | Mensal nov/15 a set/22 | Selic/Pré-fixado | 3,20% a.a./9,50% a.a. |
| Companhia | Debêntures (i) | Anual jul/22 a jul/25 | CDI+ | 3,00% a.a. |
| Companhia | Capital de Giro | Semestral set/21 a out/23 | CDI+ | 2,30% a.a. |
| Companhia | Capital de Giro (ii) | Anual jul/22 a jul/25 | CDI+ | 3,00% a.a. |
| Companhia | Capital de Giro (iii) | Semestral mai/22 a nov/23 | CDI+ | 3,30% a.a. |
| Companhia | Capital de Giro (iv) | Semestral jun/22 a dez/23 | CDI+ | 3,30% a.a. |
| Companhia | Capital de Giro (v) | Semestral jul/22 a jan/24 | CDI+ | 3,30% a.a. |
| TKS | Capital de Giro (vi) | Parcela única mar/22 | CDI+ | 2,30% a.a. |
| Companhia | Capital de Giro (vii) | Parcela única mar/22 | CDI+ | 2,30% a.a. |
| Companhia | Capital de Giro (viii) | Mensal mar/22 a mar/23 | CDI+ | 2,65% a.a. |
| Companhia | Capital de Giro (ix) | Parcela única abr/23 | CDI+ | 1,90% a.a. |

Principais captações da Companhia e de suas controladas existentes ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021:

(i) Em agosto de 2019, a Companhia concluiu a captação de recursos no valor de R\$ 350 milhões através de 2ª emissão debêntures simples, não conversíveis, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada "Instrução CVM 476"), sob o regime de garantia firme de colocação. A emissão das debêntures foi realizada em três séries, com vencimento em 4 parcelas anuais, com a primeira vencendo em julho de 2022 e a última em julho de 2025.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) Empréstimo concedido pelo Itaú Unibanco em 26 de novembro de 2020 para a Companhia no valor de R\$72,6 milhões, e possui como indexador CDI acrescido de 3% a.a. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas anuais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (iii) Empréstimo concedido pelo Santander em 03 de novembro de 2020 para a Companhia no valor de R\$ 40 milhões, com indexador CDI acrescido de 3,3% a.a. com amortizações em 3 anos com parcelas semestrais. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander.
- (iv) Empréstimo concedido pelo Santander em 17 de dezembro de 2020 para a Companhia no valor de R\$ 20 milhões, com indexador CDI acrescido de 3,3% a.a. com amortizações em 3 anos com parcelas semestrais. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander.
- (v) Empréstimo concedido pelo Santander em 14 de janeiro de 2021 para a Companhia no valor de R\$60 milhões, com indexador CDI acrescido de 3,3% a.a. com amortizações em 3 anos com parcelas semestrais. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander.
- (vi) Empréstimo concedido pelo Santander em 10 de março de 2021 para a TKS no valor de R\$50 milhões, com indexador CDI acrescido de 2,3% a.a. com amortização de 1 ano em parcela única. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander.
- (vii) Empréstimo concedido pelo Santander em 19 de março de 2021 para a Companhia no valor de R\$70 milhões, com indexador CDI acrescido de 2,3% a.a. com amortização de 1 ano em parcela única. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander.
- (viii) Empréstimo concedido pelo Itaú em 09 de abril de 2021 para a Companhia no valor de R\$70 milhões, com indexador CDI acrescido de 2,65% a.a. com amortização mensal, para período de março de 2022 a março 2023. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Itaú.
- (ix) Empréstimo concedido pelo Banco do Brasil em 12 de novembro de 2021 para a Companhia no valor de R\$30 milhões, com indexador CDI acrescido de 1,90% a.a. com amortização em parcela única em abril de 2023. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Banco do Brasil.

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

iii. Grau de Subordinação

Nenhuma das dívidas da Companhia e de suas controladas registradas no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Em eventual situação de concurso universal de credores, as obrigações registradas no passivo dos balanços patrimoniais, que integram as demonstrações financeiras da companhia, apresentam a ordem de precedência nos termos da legislação em vigor.

iv. Covenants e Demais Restrições Contratuais

Dentre os contratos de financiamentos firmados pela Companhia e por suas controladas com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), conforme abaixo descritos:

O quociente da divisão da Dívida Líquida da Companhia pelo EBITDA ajustado da Companhia deverá ser inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, não podendo ficar acima desse nível por dois trimestres consecutivos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Além disso, a Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos no contexto dos quais está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, dentre outras:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia e/ou de suas controladas; e
- (b) alienação de ativos da Companhia e/ou de suas controladas.

Nos exercícios de 2021, 2020 e 2019 e na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, nos termos pactuados.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2021 e na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019.

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | | | | |
|--|----------------|--------------|----------------|---------------|----------------|--------------|------------------------|------------------------|
| (Em milhares de reais – R\$) | 2021 | AV% | 2020 | AV% | 2019 | AV% | AH% 2021 vs 2020 | AH% 2020 vs 2019 |
| Receita líquida de serviços | 1.136.572 | 100,0% | 928.787 | 100,0% | 1.072.865 | 100,0% | 22,4% | -13,4% |
| Custo dos serviços prestados | -780.530 | -68,7% | -763.465 | -82,2% | -788.049 | -73,5% | 2,2% | -3,1% |
| Lucro bruto | 356.042 | 31,3% | 165.322 | 17,8% | 284.816 | 26,5% | 115,4% | -42,0% |
| Despesas gerais e administrativas | -261.934 | -23,0% | -172.156 | -18,5% | -159.023 | -14,8% | 52,1% | 8,3% |
| Outras despesas, líquidas | -11.887 | -1,0% | -14.550 | -1,6% | -399 | 0,0% | -18,3% | 3547% |
| Resultado em participação societária | 5.953 | 0,5% | 12.261 | 1,3% | 17.262 | 1,6% | -51,4% | -29,0% |
| Lucro operacional antes do result. Financeiro | 88.174 | 7,8% | -9.123 | -1,0% | 142.655 | 13,3% | -1066% | -106,4% |
| Resultado financeiro | -85.718 | -7,5% | -63.944 | -6,9% | -76.948 | -7,2% | 34,1% | -16,9% |
| Imposto de renda e contribuição social | -468 | 0,0% | -19.364 | -2,1% | -15.635 | -1,5% | -97,6% | 23,9% |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 1.988 | 0,2% | -92.431 | -10,0% | 50.073 | 4,7% | -102,2% | -284,6% |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores | -7.613 | -0,7% | -4.985 | -0,5% | -8.771 | -0,8% | 52,7% | -43,2% |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores | -5.625 | -0,5% | -97.416 | -10,5% | 41.302 | 3,8% | -94,2% | -335,9% |

Receita líquida de serviços

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O ano de 2021 apresentou receita líquida 22,4% superior ao exercício de 2020, ou seja, de R\$ 207,8 milhões adicionais em relação ao exercício de 2020. O desempenho da receita reflete a retomada do core business, com destaque para os exames de imagem (ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia e outros), e um forte posicionamento em análises clínicas (AC ex-covid), com faturamento de R\$160 milhões, crescimento de 25%. Considerando os exames de Covid-19, o faturamento de Análises Clínicas atingiu R\$218 milhões no acumulado do ano de 2021.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O ano de 2020 foi marcado pelo impacto da pandemia da Covid-19. Em função dos impactos iniciais da pandemia, a receita de 2020 totalizou R\$ 928,8 milhões, uma contração de 13,4% em relação à 2019. O impacto da pandemia foi mais intenso no resultado do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com variações na receita líquida de - 48,5% a.a., -6,1% a.a. e +11,8% a.a., respectivamente.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

Em 31 de dezembro de 2019, a receita bruta da Companhia recuou 0,4%, passando de R\$ 1.162,4 milhões para R\$ 1.157,7 milhões. A receita de serviços de diagnóstico por imagem recuou 0,2% passando de R\$ 1.005,1 milhões em 2018 para R\$ 1.002,7 milhões em 2019.

Esse recuo na receita, se deve principalmente pela redução da quantidade de unidades e máquinas de ressonância magnética, onde a companhia reduziu 4 unidades e 5 máquinas, entre os períodos de 31 de dezembro 2018 a 31 de dezembro de 2019, sendo que o principal impacto vem pela venda da operação no Hospital São Rafael (marca Delfin, Bahia), visto que tratava-se de uma mega-unidade.

A receita de análises clínicas recuou cerca de 1,3%, de R\$ 157,2 milhões no período de 2018 para R\$ 155,1 milhões em 2019, sendo quase toda gerada em São Paulo através da marca CDB, onde a oferta do serviço já ocorre há muitos anos, podendo ser considerada 'madura'.

Custo dos serviços prestados

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2021 foi de R\$ 780,5 milhões (margem bruta de 31,3%), um aumento de R\$ 17 milhões, ou 2,2%, em relação 2020, mas uma redução de 13,5 p.p em relação à margem bruta. Tal variação em 2021, decorre substancialmente do fato de que a Companhia se beneficiou de um forte controle de custos em tal exercício social, em função do trabalho bem-sucedido nas renegociações de contratos junto aos seus maiores fornecedores.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2020 foi de R\$ 763,5 milhões, uma redução de 3,1% em relação 2019. Em 2020, a Companhia se beneficiou de um forte controle de custos, em função do trabalho bem-sucedido nas renegociações de contratos junto aos maiores fornecedores. Notamos que os custos foram impactados pelo incremento da conta de Insumos e labs. de apoio, uma vez que essa conta reflete a alta performance de Análises Clínicas, associado aos demais custos de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2019 foi de R\$ 788,1 milhões, representando um crescimento de 0,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em relação aos R\$ 787,5 milhões de 2018. As principais variações ocorreram na linha de depreciação e amortização, onde houve um aumento de 45,8% passando de R\$74,4 milhões em 2018 para R\$108,5 milhões em 2019. Em contrapartida, a linha de ocupação teve uma redução de 47,0%, passando de R\$88,0 milhões em 2018, para R\$46,6 milhões em 2019 (impactos da norma IFRS 16).

Lucro bruto

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

Em razão dos fatores acima, o Lucro Bruto totalizou R\$356,0 milhões em 2021, o que representou um crescimento de R\$190,7 milhões, ou 115%, frente à 2020.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O lucro bruto da Companhia decresceu 42% a.a., totalizando R\$ 165,3 milhões no exercício de 2019, principalmente em função da menor receita líquida em 2020. O impacto da pandemia foi mais intenso no lucro bruto do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com variações de -125.0% a.a., -23.6% a.a. e +27.2% a.a., respectivamente.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

O lucro bruto da Companhia decresceu 1,6%, de R\$ 289,4 milhões para R\$ 284,8 milhões no exercício de 2019, principalmente em função da menor receita líquida em 2019.

Despesas gerais e administrativas

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$261,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, crescimento de R\$ 89,8 milhões, ou 51%, em relação à 2020, tendo como principal motivo o crescimento das linhas de despesas referentes a Pessoal, Ocupação e Depreciação e Amortização. O crescimento de tais linhas no exercício de 2021, quando comparado ao exercício de 2020, se deve substancialmente ao aumento de despesas não recorrentes e reajustes contratuais.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$174,4 milhões, crescimento de 23% em relação à 2019, tendo como principal motivo a linha de outras despesas líquidas.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram reduzidas em 6,5% de R\$ 152,0 milhões para R\$ 142,1 milhões em 2019, tendo como principal motivo a linha de outras despesas líquidas que teve uma redução de R\$9,1 milhões.

Resultado em participação societária

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

Resultado em participação societária refere-se aos lucros provenientes de uma empresa em que a Companhia possui participação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2021, o Resultado em participação societária foi de R\$ 5,9 milhões, representando uma redução de R\$ 6,4 milhões, ou 51,4%, em relação aos R\$ 12,3 milhões de 2020. A variação ocorreu devido à queda no lucro de investida da Companhia que pertence ao grupo Delfin no exercício de 2021, reduzindo o resultado de equivalência patrimonial em relação ao exercício anterior.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

Em 2020, o Resultado em participação societária foi de R\$ 12,3 milhões, representando uma redução de R\$ 5,0 milhões, ou 29,0%, em relação aos R\$ 17,3 milhões de 2019. A variação ocorreu devido à queda no lucro de investida da Companhia que pertence ao grupo Delfin no exercício de 2020, reduzindo o resultado de equivalência patrimonial em relação ao exercício anterior.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

Em 2019, o Resultado em participação societária foi de R\$ 17,3 milhões, representando um crescimento de R\$ 2,4 milhões, ou 16,1%, em relação aos R\$ 14,9 milhões de 2018. A variação ocorreu devido ao aumento no lucro de investida da Companhia que pertence ao grupo Delfin no exercício de 2019, aumentando o resultado de equivalência patrimonial em relação ao exercício anterior.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$ 88,2 milhões em 2021, recuperando R\$97,3 milhões, em relação ao prejuízo de R\$ 9,1 milhões apresentado em 2020.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Prejuízo operacional antes do resultado financeiro de R\$ 9,1 milhões em 2020, revertendo um Lucro operacional de R\$ 142,6 milhões apresentado em 2019, uma queda de R\$ 151,7 milhões.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$ 142,6 milhões em 2019, um crescimento de R\$5,3 milhões, ou 3,9%, em relação ao Lucro operacional de R\$ 137,3 milhões apresentado em 2018.

Resultado financeiro

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

O resultado financeiro da Companhia em 2021 foi negativo em R\$ 85,7 milhões, apresentando um aumento de R\$ 21,8 milhões, ou 34,0%, em relação ao ano anterior, decorrente principalmente do aumento das taxas de juros (SELIC/CDI).

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O resultado financeiro da Companhia em 2020 foi negativo em R\$ 63,9 milhões, apresentando uma redução de 16,8% milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado ocorre principalmente das menores despesas financeiras versus o mesmo período do ano anterior, reflexo da dívida líquida sob controle, associada ao menor nível da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

taxa SELIC/CDI.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

O resultado financeiro da Companhia em 2019 foi negativo em R\$ 76,9 milhões, apresentando um aumento de R\$9,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$ R\$ 67,2 milhões.

Esse aumento de 14,4% no total do resultado financeiro é atribuído principalmente, aos juros de arrendamento conforme adoção da norma IFRS 16. Na visão comparável de 2019 x 2018, ou seja, desconsiderando a linha de juros de arrendamento, o efeito seria favorável em 15,9%, consequência principalmente da menor despesa financeira.

Imposto de renda e contribuição social

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 19,4 milhões em 2020 para R\$ 0,5 milhão em 2021. A redução de R\$ 18,9 milhões, ou 97,6%, deu-se, principalmente, por tributos diferidos sobre prejuízo fiscal de outros exercícios.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 15,6 milhões em 2019 para R\$19,4 milhões em 2019, um incremento de R\$3.7 milhões.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 18,5 milhões em 2018 para R\$15,6 milhões em 2019, representando uma redução de 15,4%.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

Em razão dos fatores acima, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 2 milhões em 2021, recuperando R\$94,4 milhões, em relação ao prejuízo líquido apresentado em 2020.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

A Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 92.4 milhões em 2020, vs lucro de R\$ 50.0 milhões em 2019. O impacto da pandemia foi mais intenso no prejuízo líquido do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com resultado líquido de -R\$ 85.1 milhões, -R\$ 1.8 milhões e +R\$14.6 milhões, respectivamente.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 50,0 milhões em 2019, vs lucro de R\$ 51,6 milhões em 2018, como resultado principalmente da receita ligeiramente menor.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia registrou um Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores de R\$ 7,6 milhões em 2021, um crescimento de R\$ 2,6 milhões, ou 52,7%, em relação ao prejuízo de R\$ 5,0 milhões apresentado em 2020. Esse resultado é decorrente, substancialmente, do resultado atribuído aos acionistas não controladores da Companhia que detêm as marcas Axial e SOM.

- Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

A Companhia registrou um Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores de R\$ 5,0 milhões em 2020, recuperando R\$ 3,8 milhões em relação ao prejuízo de R\$ 8,8 milhões apresentado em 2019, uma queda de 43,2%. Esse resultado é decorrente substancialmente, do resultado atribuído aos acionistas não controladores da Companhia que detêm as marcas Delfin e SOM.

- Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

A Companhia registrou um Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores de R\$ 8,8 milhões em 2019, uma queda de R\$20,3 milhões em relação ao lucro de R\$ 11,5 milhões apresentado em 2018.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores

- Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R\$ 5,6 milhões em 2021, recuperando R\$ 91,8 milhões, em relação ao prejuízo de R\$ 97,4 milhões apresentado em 2020, representando uma redução de 94,2%.

- Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R\$ 97,4 milhões em 2020, uma queda de R\$ 138,7 milhões em relação ao lucro de R\$ 41,3 milhões apresentado em 2019.

- Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R\$ 41,3 milhões em 2019, um crescimento de R\$ 1,2 milhão, ou 2,2%, em relação ao lucro de R\$ 40,1 milhões apresentado em 2018.

Balanços Patrimoniais (em R\$ milhares de reais)

| (Em milhares de reais – R\$) | | | | | | | | |
|----------------------------------|------------------|-------|------------------|------|------------------|------|------------------------|------------------------|
| ATIVOS | Consolidado | | Em 31.12.2020 | AV% | Em 31.12.2019 | AV% | AH% 2021 vs 2020 | AH% 2020 vs 2019 |
| | Em 31.12.2021 | AV% | | | | | | |
| CIRCULANTES | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 127.310 | 5,0% | 229.087 | 9,0% | 88.301 | 3,7% | -44,4% | 159,4% |
| Contas a receber | 254.276 | 10,0% | 242.575 | 9,5% | 229.645 | 9,6% | 4,8% | 5,6% |
| Estoques | 11.631 | 0,5% | 10.007 | 0,4% | 10.928 | 0,5% | 16,2% | -8,4% |
| Ativo financeiro de concessão CP | 32.600 | 1,3% | 31.929 | 1,3% | 31.520 | 1,3% | 2,1% | 1,3% |
| Impostos a recuperar | 55.873 | 2,2% | 46.107 | 1,8% | 7.649 | 0,3% | 21,2% | 502,8% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | | | |
|--|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|---------------|--------------|
| Instrumento financeiro derivativo Ativo | - | 0,0% | 2.888 | 0,1% | 34.904 | 1,5% | -100,0% | -91,7% |
| Outras contas a receber CP | 7.598 | 0,3% | 6.339 | 0,2% | 14.096 | 0,6% | 19,9% | -55,0% |
| Total dos ativos circulantes | 489.288 | 19,2% | 568.932 | 22,4% | 417.043 | 17,4% | -14,0% | 36,4% |
| NÃO CIRCULANTES | | | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 2.835 | 0,1% | 2.777 | 0,1% | 2.823 | 0,1% | 2,1% | -1,6% |
| Depósitos judiciais | 23.815 | 0,9% | 25.013 | 1,0% | 25.681 | 1,1% | -4,8% | -2,6% |
| Garantia de reembolso de contingências | 9.746 | 0,4% | 11.131 | 0,4% | 20.949 | 0,9% | -12,4% | -46,9% |
| Partes Relacionadas | 17.495 | 0,7% | 16.485 | 0,6% | 19.442 | 0,8% | 6,1% | -15,2% |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 165.858 | 6,5% | 137.892 | 5,4% | 133.924 | 5,6% | 20,3% | 3,0% |
| Ativo financeiro | 61.084 | 2,4% | 68.989 | 2,7% | 75.272 | 3,1% | -11,5% | -8,3% |
| Investimentos | 4.368 | 0,2% | 9.400 | 0,4% | 8.951 | 0,4% | -53,5% | 5,0% |
| Imobilizados | 517.123 | 20,3% | 508.145 | 20,0% | 519.777 | 21,6% | 1,8% | -2,2% |
| Intangível | 974.792 | 38,3% | 964.517 | 38,0% | 966.126 | 40,2% | 1,1% | -0,2% |
| Direito de uso | 275.825 | 10,8% | 227.321 | 8,9% | 211.133 | 8,8% | 21,3% | 7,7% |
| Total dos ativos não circulantes | 2.052.941 | 80,8% | 1.971.670 | 77,6% | 1.984.078 | 82,6% | 4,1% | -0,6% |
| TOTAL DOS ATIVOS | 2.542.229 | 100,0% | 2.540.602 | 100,0% | 2.401.121 | 100,0% | 0,1% | 5,8% |

| (Em milhares de reais – R\$) | | | | | | | | |
|--|----------------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|-------------------------|-------------------------|
| PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Em 31.12.2021 | AV% | Em 31.12.2020 | AV% | Em 31.12.2019 | AV% | AH% 2021 vs 2020 | AH% 2020 vs 2019 |
| CIRCULANTES | | | | | | | | |
| Fornecedores | 75.398 | 3,0% | 80.425 | 3,2% | 52.388 | 2,2% | -6,3% | 53,5% |
| Salários, obrigações sociais e previdenciárias | 41.002 | 1,6% | 39.034 | 1,5% | 36.860 | 1,5% | 5,0% | 5,9% |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures CP | 366.556 | 14,4% | 262.982 | 10,4% | 249.778 | 10,4% | 39,4% | 5,3% |
| Arrendamento mercantil | 30.402 | 1,2% | 39.632 | 1,6% | 30.729 | 1,3% | -23,3% | 29,0% |
| Instrumento financeiro derivativo | - | 0,0% | - | 0,0% | 287 | 0,0% | n/a | -100,0% |
| Obrigações tributárias | 27.729 | 1,1% | 25.988 | 1,0% | 16.604 | 0,7% | 6,7% | 56,5% |
| Parcelamento de impostos | 2.761 | 0,1% | 2.116 | 0,1% | 2.276 | 0,1% | 30,5% | -7,0% |
| Contas a pagar – aquisição de empresas | 42.150 | 1,7% | 14.462 | 0,6% | 4.282 | 0,2% | 191,5% | 237,7% |
| Dividendos a pagar | 1.975 | 0,1% | 3.978 | 0,2% | 10.325 | 0,4% | -50,4% | -61,5% |
| Outras contas a pagar | 1.557 | 0,1% | 7.864 | 0,3% | 2.702 | 0,1% | -80,2% | 191,0% |
| Total dos passivos circulantes | 589.530 | 23,2% | 476.481 | 18,8% | 406.231 | 16,9% | 23,7% | 17,3% |
| NÃO CIRCULANTES | | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 411.430 | 16,2% | 530.857 | 20,9% | 364.991 | 15,2% | -22,5% | 45,4% |
| Arrendamento Mercantil | 263.041 | 10,3% | 212.197 | 8,4% | 191.339 | 8,0% | 24,0% | 10,9% |
| Partes relacionadas | 1.451 | 0,1% | 337 | 0,0% | 542 | 0,0% | 330,6% | -37,8% |
| Parcelamento de impostos | 6.527 | 0,3% | 5.511 | 0,2% | 8.077 | 0,3% | 18,4% | -31,8% |
| Contas a pagar – aquisição de empresas | 229 | 0,0% | 27.146 | 1,1% | 37.704 | 1,6% | -99,2% | -28,0% |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14.956 | 0,6% | 16.827 | 0,7% | 10.618 | 0,4% | -11,1% | 58,5% |
| PIS/COFINS/ISS diferidos | - | 0,0% | - | 0,0% | 6.971 | 0,3% | n/a | -100,0% |
| Provisão para riscos legais | 39.836 | 1,6% | 41.864 | 1,6% | 51.793 | 2,2% | -4,8% | -19,2% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | | | |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|---------------|--------------|
| Outras contas a pagar | 5.795 | 0,2% | 5.698 | 0,2% | 2.853 | 0,1% | 1,7% | 99,7% |
| Total dos passivos não circulantes | 743.265 | 29,2% | 840.437 | 33,1% | 674.888 | 28,1% | -11,6% | 24,5% |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | | |
| Capital social | 612.412 | 24,1% | 612.412 | 24,1% | 612.412 | 25,5% | 0,0% | 0,0% |
| Reservas de capital | 620.543 | 24,4% | 622.894 | 24,5% | 620.448 | 25,8% | -0,4% | 0,4% |
| Ações em tesouraria | -7497 | -0,3% | -276 | 0,0% | -106 | 0,0% | 2616,3% | 160,4% |
| Lucros/Prejuízos acumulados/ Reservas de Lucros | -50.166 | -2,0% | -44.541 | -1,8% | 49.842 | 2,1% | 12,6% | -189,4% |
| Outros resultados abrangentes | 0 | 0,0% | 48 | 0,0% | -406 | 0,0% | -100,0% | -111,8% |
| Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores | 1.175.292 | 46,2% | 1.190.537 | 46,9% | 1.282.190 | 53,4% | -1,3% | -7,1% |
| Participação dos acionistas não controladores | 34.142 | 1,3% | 33.147 | 1,3% | 37.812 | 1,6% | 3,0% | -12,3% |
| Total do patrimônio líquido | 1.209.434 | 47,6% | 1.223.684 | 48,2% | 1.320.002 | 55,0% | -1,2% | -7,3% |
| TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2.542.229 | 100,0% | 2.540.602 | 100,0% | 2.401.121 | 100,0% | 0,1% | 5,8% |

Comparação entre os saldos das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em 31 de dezembro de 2021 o ativo circulante era de R\$ 489,2 milhões, o que significa que tal conta reduziu R\$79,6 milhões, ou 14%, em relação a 31 de dezembro de 2020. Tal variação decorreu, principalmente, da variação negativa na conta de caixa e equivalentes de caixa devido aos desembolsos da companhia com amortização de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2021 o ativo não circulante era de R\$ 2.052,3 milhões, o que significa que tal conta cresceu R\$81,3 milhões ou 4,1%, em relação a 31 de dezembro de 2020. Tal variação decorreu, principalmente, da variação positiva na conta de imposto de renda e contribuição social.

O passivo circulante, por sua vez, teve um aumento de R\$ 113,0 milhões, ou 23,7%, entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, em grande parte devido à movimentação positiva na linha de empréstimos e financiamentos, em função de uma melhor maior parcela do endividamento estar alocada no curto prazo.

O passivo não circulante reduziu R\$ 97,1 milhões, ou 11,6%, entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos do longo para o curto prazo.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 1.209,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma redução de R\$ 14,2 milhões, ou 1,2%, em relação a 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente à variação negativa na linha de ações em tesouraria, o que decorreu de aquisições e transferência de ações relacionadas ao plano de pagamento baseado em ações da Companhia.

Comparação entre os saldos das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$39.5 milhões, representando um aumento de 5.8% no período.

No ativo circulante a conta Caixa e Equivalentes de Caixa teve uma variação de R\$ 140.8 milhões, representando um aumento de 159% no período. Esse crescimento é reflexo da estratégia de reforço de caixa e aumento de liquidez adotada em 2020. O ativo não circulante reduziu principalmente na conta de garantia de reembolso de contingências, que por sua

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vez reflete redução de similar magnitude na conta de provisão de riscos legais (passivo).

O passivo circulante, por sua vez, teve um aumento de R\$ 70.2 milhões no período, em grande parte devido à movimentação na linha de fornecedores, em função de uma melhor gestão de capital de giro. O passivo não circulante aumentou R\$165.5 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos e em linha com o reforço de caixa e aumento de liquidez

O patrimônio líquido totalizou R\$ 1.223,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$ 96.3 milhões em relação ao final de 2019, devido, principalmente ao prejuízo do exercício.

Comparação entre os saldos das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 191,6 milhões, representando um aumento de 8,7% no período.

No ativo circulante a conta Ativo Financeiro ficou praticamente estável, uma vez que a fase de investimentos (aumento de ativo) praticamente se concluiu até 2017. O ativo não circulante reduziu principalmente na conta de garantia de reembolso de contingências, que por sua vez reflete redução de similar magnitude na conta de provisão de riscos legais (passivo). Outra variação significativa do ativo não circulante foi a redução de 5,7% do ativo financeiro que foi para R\$ 75,2 milhões, refletindo também o fim do ciclo de grandes investimentos.

O passivo circulante, por sua vez, teve um aumento de R\$ 42,9 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos. A contrapartida para o aumento na conta de empréstimos no passivo circulante foi uma redução na conta do não- circulante.

A conta circulante de Contas a pagar – aquisição de empresas também teve variação relevante, com uma redução de 68,1% ou R\$9,1milhões.

O passivo não circulante reduziu em R\$ 149,9 milhões, principalmente na conta de provisão para riscos legais, reduzindo em R\$37,6 milhões conforme citado anteriormente.

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 1.256,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.282,1 milhões ao final de 2019, devido, principalmente a um aumento de 125% na linha de Lucros/Prejuízos acumulados/ Reservas de Lucros.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os exercícios indicados:

| Em milhares de reais – R\$) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|--|---|---------|---------|
| | 2021 | 2020 | 2019 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Lucro líquido do exercício | 1.988 | -92.431 | 50.073 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | | | |
| Depreciação e amortização | 119.604 | 119.177 | 117.870 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | |
|--|-----------------|----------------|-----------------|
| Opções outorgadas e ações restritas reconhecidas | 4.588 | 5.479 | 3.680 |
| Valor residual de ativos imobilizados baixados e investimentos | -12.271 | 1.546 | 602 |
| Encargos financeiros, variação cambial e derivativ. | 87.706 | 63.388 | 71.108 |
| Atualização do ativo financeiro | -22.951 | -24.494 | -25.629 |
| Resultado em participação societária | -5.952 | -12.261 | -17.262 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | -3.084 | -9.761 | -3.753 |
| Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | 643 | 108 | -5.296 |
| PIS/COFINS/ISSQN diferidos | -32.676 | -1.978 | -5.035 |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais: | 0 | | |
| Contas a receber | 23.575 | 28.536 | 34.330 |
| Estoques | -1.624 | 921 | -5.493 |
| Outros ativos | -11.113 | -2.668 | 10.391 |
| Ativo financeiro | -2.007 | -1.337 | -1.476 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | 0 | | |
| Fornecedores | -5.027 | 28.037 | -8.415 |
| Fornecedores risco sacado | 0 | - | - |
| Salários, obrigações sociais e previdenciárias | 1.968 | 2.174 | -6.611 |
| Obrigações tributárias e parcelamento de impostos | 22.838 | 8.538 | 9.176 |
| Outros passivos | -9.469 | -1.876 | -5.508 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | -18.592 | -5.046 | -14.278 |
| Dividendos e JSCP recebidos de controladas | 10.984 | 11.812 | 14.936 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 149.128 | 117.864 | 213.410 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Aplicações financeiras | -58 | 46 | 166 |
| Aquisição de participação minoritária | -3.347 | | |
| Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido | -1904 | -768 | -5.490 |
| Partes relacionadas | 104 | 2.752 | 3.571 |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | -100.493 | -66.708 | -75.301 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | -105.698 | -64.678 | -77.054 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Compra/ Alienação de ações em tesouraria | -12252 | -170 | -5.712 |
| Dividendos pagos | -2.003 | -6.347 | -22.204 |
| Valores recebidos de empréstimos, líquidos | 279.330 | 642.447 | 622.558 |
| Juros pagos | -66.538 | -53.736 | -52.114 |
| Amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos | -343.744 | -494.594 | -663.748 |
| Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento | -145.207 | 87.600 | -121.220 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | -101.777 | 140.786 | 15.136 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | | |
| No início do período | 229.087 | 88.301 | 73.165 |
| No fim do período | 127.310 | 229.087 | 88.301 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | |
|---|-----------------|----------------|---------------|
| AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | -101.777 | 140.786 | 15.136 |
|---|-----------------|----------------|---------------|

Atividades operacionais

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2021 vs 2020*

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 149,1 milhões no exercício de 2020, um crescimento de R\$ 31,2 milhões em relação ao exercício social anterior. Este aumento de 27% deveu-se, principalmente, ao aumento no EBITDA e à menor necessidade de capital de giro durante 2021, que, por sua vez, decorreram substancialmente da retomada da receita e do trabalho de contenção de gastos e renegociações dos custos e despesas ao longo do ano.

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019*

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 117.9 milhões no exercício de 2020, uma redução de R\$95.5 milhões vs. o período anterior. Esta redução de 45% a.a. deveu-se, principalmente, ao prejuízo do exercício de 2020, que totalizou R\$92.4 milhões.

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2019 vs 2018*

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 213 milhões no exercício de 2019 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 161 milhões no período anterior. Este crescimento deveu-se, principalmente, a norma contábil IFRS 16, que beneficiou o resultado advindo das operações (menores custos e despesas de ocupação em relação ao que seria registrado na norma antiga)

Atividades de investimento

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2021 vs 2020*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 105,7 milhões em 2021 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 64,7 milhões no exercício social de 2020, o que representou um aumento de R\$ 41,0 milhões, ou 39%. O crescimento é reflexo de uma maior aquisição de imobilizado tendo como objetivos principais a renovação das unidades existentes e de seus parques instalados, e a adição de capacidade produtiva, em especial através da adição de novos equipamentos de diagnósticos por imagem.

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 64,7 milhões em 2020 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 77,0 milhões no período de 2019. A redução é reflexo também de uma menor aquisição de imobilizado, em linha com a estratégia de fortalecimento de caixa da Companhia.

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2019 vs 2018*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 77,0 milhões em 2019 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 116,0 milhões no período de 2018, principalmente porque diminuiu o investimento em aquisição de controladas. Reflexo também de uma menor aquisição de imobilizado (menor CAPEX), em linha com a estratégia de foco

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

na maturação dos investimentos já realizados em períodos anteriores.

Atividades de financiamento

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2021 vs 2020*

O caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 145,7 milhões em 2021, vs a geração de R\$ 87,6 milhões em 2020, o que representou um aumento de R\$ 232,8 milhões. O aumento da aplicação de caixa em relação à 2020 se deve à menor entrada de caixa em função da redução na captação líquida de empréstimos e debêntures, das compras de ações e do maior valor desembolsado com juros.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019*

O caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 87,6 milhões em 2020, vs a aplicação de R\$ 121,2 milhões em 2019. O aumento em relação à 2019 se deve à menor saída de caixa em função de amortização de empréstimos e arrendamentos.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2019 vs 2018*

O caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento teve uma geração negativa de R\$ 121,2 milhões em 2019, no ano anterior havia apresentado uma geração negativa de R\$ 63,3 milhões. O principal motivo se deve ao aumento na linha de amortização de empréstimos, que passa a incluir também a partir de 2019 pelo IFRS 16 a amortização dos arrendamentos mercantis.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é maiores redes de diagnósticos por imagem do Brasil em número de equipamentos de ressonância magnética, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e estamos entre os maiores prestadores de serviços de medicina diagnóstica do Brasil em termos de receita líquida, ao compararmos nossas informações financeiras aos dados divulgados por nossos principais concorrentes. Nosso parque inclui 116 máquinas de Ressonância Magnética de primeira linha em cerca de 40 cidades do Brasil, onde estamos presentes através de aproximadamente 15 marcas regionais. Além das unidades de atendimento, a Companhia possui uma operação B2B de negócios, o iDR – Inteligência Diagnóstica Remota, que atende clínicas e hospitais e um produto de marketplace chamado Cartão Aliança, no qual clientes têm acesso a uma rede exclusiva de benefícios e descontos. Em 2021 a Companhia realizou cerca de 735 mil exames de Ressonância Magnética, e mais de 11,3 milhões exames de análises clínicas.

As operações da Companhia e de suas controladas se referem a um único segmento operacional, conforme detalhado no item 7.2 deste Formulário de Referência, a saber, o segmento de "Serviços Auxiliares de Apoio Diagnóstico" ("SAD"), que engloba as duas principais linhas de serviços relevantes prestados pela Companhia e por suas controladas, ou seja, (a) diagnósticos por imagem; e (b) análises clínicas.

A linha de serviços de diagnósticos por imagem inclui (i) exames de imagem – e.g. ressonância magnética, tomografia, computadorizada, ultrassom, raio-x, densitometria óssea, mamografia, cintilografia, PET-CT (tomografia computadorizada por emissão de pósitrons) – os quais envolvem a captura de imagens e sua posterior interpretação por médico qualificado para emissão de laudo; e (ii) exames de métodos gráficos – e.g. eletrocardiograma, cardiotocografia, holter (monitoração contínua), testes ergométricos e cardiopulmonares – que envolvem o monitoramento de sinais vitais e seu registro por meio de representações gráficas, que são posteriormente interpretadas por médico qualificado para emissão de laudo.

A linha de serviços de análises clínicas consiste na realização de exames laboratoriais – e.g. hemograma, análise de urina e fezes, medição de colesterol e triglicerídeos, identificação de doenças sexualmente transmissíveis, exames de anatomia patológica, dentre outros, que envolvem a coleta de amostras e posterior análise por profissional habilitado, com o uso de equipamento automatizado. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a receita bruta de diagnósticos por imagem representou, aproximadamente respectivamente 82%, 81%, 86% da receita bruta de serviços total consolidada da Companhia e, a receita bruta de análises clínicas representou, aproximadamente respectivamente 18%, 19%, 13% da receita bruta de serviços total consolidada da Companhia.

No geral, nossas linhas de negócio foram responsáveis por uma receita bruta (ex-construção) de R\$ 1.136,6 milhões em 2021, R\$ 928,8 milhões em 2020 e R\$ 1.072,9 milhões em 2019.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, as atividades e resultados operacionais da Companhia foram afetadas por diversos fatores macroeconômicos e operacionais, dentre os quais, os principais foram os seguintes:

- a saúde financeira das operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas que são as fontes pagadoras responsáveis pela maior parcela da receita de prestação de serviços da Companhia. Neste contexto, a situação de cada fonte pagadora individualmente pode influenciar a receita de prestação de serviços da Companhia e o prazo de recebimento pela prestação de serviços, ainda que a Companhia possua uma base de unidades e clientes dispersa pelo país;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- a situação operacional do nosso parque de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. A receita líquida de serviços consolidada da Companhia depende da disponibilidade de aparelhos de diagnósticos em condições normais de operação para realização de exames que, por sua vez, depende de fornecimento por um número limitado de fabricantes de equipamentos médicos.
- a disponibilidade dos nossos fornecedores, incluindo os médicos parceiros que realizam os laudos dos exames e o parceiro processador de Análises Clínicas. O faturamento dos exames realizados depende da entrega em tempo adequado de laudos com qualidade mínima dos parceiros conforme orientação da Companhia; e
- a reputação das marcas regionais da Companhia. A procura por exames depende da reputação das marcas regionais da Companhia com os médicos solicitantes e com o público demandante em geral.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Direção da Companhia entende que a situação financeira geral da Companhia, incluindo sua geração de receitas e seus resultados operacionais, estão sujeitos a incertezas relacionadas às condições macroeconômicas e políticas brasileiras, e também às condições de mercado de diagnóstico por imagem nas cidades em que estamos presentes, como por exemplo:

- Instabilidade social e política;
- Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- Flutuações cambiais relevantes;
- Alterações no regime fiscal e tributário;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Política monetária;
- Política fiscal;
- Racionamento de água e/ou energia; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

As alterações nestas variáveis podem afetar os resultados da Companhia positiva ou negativamente, principalmente se as mudanças forem significativas e não estiverem de acordo com as expectativas da Companhia.

O preço dos serviços da companhia é negociado periodicamente com as diversas fontes pagadoras, utilizando como base de negociação os índices de inflação oficiais do país.

Para informações sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação e alteração de volumes, veja o item 10.1, alínea (h) – "Discussão e Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia", e o item 10.2, alínea (c), deste Formulário de Referência. Para uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos de mercado da Companhia, veja o item 4.2 deste Formulário de Referência.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Na data deste Formulário de Referência, as atividades e receitas da Companhia estão totalmente concentrados no Brasil e em reais. Portanto, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os índices de preços mostraram um crescimento de preços da ordem de 10,1% (IPCA). Os custos e despesas da Companhia são impactados principalmente pela inflação nas cidades onde a Companhia está presente. Dessa forma, dentro de um possível cenário de aumento de inflação generalizado no Brasil, a Companhia pode não conseguir ajustar os preços dos serviços de forma a compensar completamente os efeitos da inflação sobre os custos e despesas.

A taxa de câmbio não afeta diretamente a receita da Companhia, mas afeta uma pequena parcela do endividamento líquido da Companhia ainda indexada ao dólar, o preço de alguns insumos para realização de exames também atrelados ao dólar e a capacidade de investimento em novas máquinas, peças e equipamentos, uma vez que partes desses equipamentos e peças são importados ou possuem preços atrelados ao dólar.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente as operações da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional.**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa adicional ao segmento operacional divulgado pela Companhia em suas demonstrações financeiras, conforme apresentado no item 10.2 acima.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.6 deste Formulário de Referência.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas demonstrações financeiras. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios: as alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: as alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material: as alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: a Companhia não adotou o expediente prático das alterações do CPC 06 (R2).

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em exercícios anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de arrendamento mercantil”

Os impactos da adoção inicial da IFRS 16 em 01 de janeiro de 2019 no ativo e passivo da Companhia e suas controladas foram apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 11 e 15 das demonstrações financeiras. Com adoção desta nova norma, em 1º de janeiro de 2019, o ativo foi incrementado em R\$ 237.975 representado no ativo direito de uso e, ao passivo foi somado o montante de R\$ 237.975, representado pelo arrendamento mercantil financeiro de curto e longo prazo.

Já as despesas financeiras decorrentes dos pagamentos mínimos a valor presente, são reconhecidas no resultado durante o prazo do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento.

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o resultado antes dos tributos sobre o lucro para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi inferior no montante de R\$ 623 na Controladora e R\$ 8.759 no Consolidado, uma vez que o

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

reconhecimento das despesas de aluguel de acordo com a norma anterior totalizaria R\$ 6.803 na Controladora e R\$ 48.537 no Consolidado.

As demais alterações não geraram ajustes ou não são aplicáveis à Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas e ênfases presentes nos relatórios dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As políticas adotadas pela Companhia seguem rigorosamente as normas de contabilidade citada acima. Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Companhia deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As respectivas estimativas e premissas estão baseadas na experiência histórica da Companhia e em outros fatores considerados relevantes pela Companhia. Para isso, são utilizadas as melhores e mais atualizadas informações disponíveis no momento de sua preparação, porém, pelas incertezas envolvidas em avaliações desse tipo, as premissas e estimativas utilizadas podem se materializar diferentemente do previsto, gerando resultados que exijam ajustes substanciais no valor contábil dos ativos ou passivos em exercícios futuros.

A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas de forma contínua e essas são reconhecidas prospectivamente. As premissas utilizadas são conservadoras e revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da administração da Companhia, no histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela administração da Companhia tendo como referência eventos futuros, e utilizando quando necessário, referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista. A administração da Companhia avalia continuamente as políticas contábeis críticas que entende serem essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício, ainda que não se possa ter precisão sobre os valores, porém, acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis. Entendemos que qualquer alteração das normas contábeis que regulam as atividades operacionais da Companhia e instrumentos financeiros, tais como a alteração trazida pela IFRS 16 ocorrida no exercício de 2019, podem resultar em impacto relevante nas demonstrações contábeis.

A seguir são apresentadas as principais políticas contábeis críticas que a administração da Companhia acredita que sejam as mais afetadas pelos julgamentos e estimativas aplicadas pela Administração durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras podendo resultar em ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos da Companhia:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: a Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível, ágio e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

Comentários da administração da Companhia: a administração da Companhia entende que essa política é crítica pois uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso.

(ii) Perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.

Comentários da administração da Companhia: a administração da Companhia entende que essa política é crítica pois a provisão para perdas de crédito esperadas sobre o saldo de contas a receber é reconhecida baseando-se em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores relevantes que possam vir a impactar o risco de crédito para os devedores. Desse modo, a Companhia constitui uma provisão para perdas de crédito esperadas considerando fatores específicos de crédito, incluindo a avaliação de recebíveis por faixa de vencimentos, considerando um aumento de risco de crédito quando da inadimplência superior a 180 dias com incremento de risco de crédito em faixas de vencidos superior à esse período.

(iii) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Comentários da administração da Companhia: a administração da Companhia entende que essa política é crítica pois o valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas inerentes a tal julgamento.

(iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.

Comentários da administração da Companhia: a administração da Companhia entende que essa política é crítica pois a estimativa realizada pela administração requer

julgamento de premissas sensíveis para projeção do lucro futuro. Estas premissas estão alinhadas com o teste de redução ao valor recuperável efetuado anualmente pela Companhia.

(v) Pagamento baseado em ações: A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo com ações restritas destinado aos diretores, gerentes e empregados de alto nível. Os custos de remuneração são mensurados baseando-se no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, a qual inclui o envolvimento de especialistas de avaliação externos, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Comentários da administração da Companhia: a administração da Companhia entende que essa política é crítica pois a estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(vi) Arrendamentos: a Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para os contratos sujeito a aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos como arrendatária, a Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento.

Comentários da administração da Companhia: a administração da Companhia entende que essa política é crítica pois a Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos para cálculo da taxa de desconto aplicável aos contratos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)****(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a. Investimentos****(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em sua contínua busca por eficiência e melhorias operacionais, a Companhia continua investindo em diversas frentes operacionais, com destaque para a renovação das unidades existentes e de seus parques instalados, e a adição de capacidade produtiva, em especial através da adição de novos equipamentos de diagnósticos por imagem.

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia investiu principalmente nestas linhas acima descritas com o intuito de agregar valor aos clientes e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, totalizou aproximadamente R\$ 102 em investimentos em tais frentes.

Além dos investimentos indicados acima, a Companhia dará continuidade ao seu projeto de expansão por meio de investimentos em seu Núcleo Técnico Operacional (NTO), no curso normal de seus negócios.

A movimentação do ativo imobilizado abaixo demonstra a transformação da Companhia e o volume desses investimentos nos últimos anos:

| Consolidado | Saldo em 31/12/2020 | Adição | Baixa | Depreciação | Transferências | Saldo em 31/12/2021 |
|--------------------------------------|--------------------------------|---------------|----------------|--------------------|-----------------------|--------------------------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 156.749 | 6.390 | - | (8.145) | - | 154.994 |
| Máquinas e equipamentos | 323.013 | 71.445 | (1.461) | (55.824) | - | 337.173 |
| Móveis e utensílios | 9.241 | 701 | (55) | (2.144) | - | 7.743 |
| Equipamentos de informática | 8.103 | 2.333 | (12) | (3.651) | - | 6.773 |
| Instalações | 2.503 | - | - | (572) | - | 1.931 |
| Veículos | 59 | - | - | (30) | - | 29 |
| Adiantamento a fornecedores | 8.477 | 3 | - | - | - | 8.480 |
| | 508.145 | 80.872 | (1.528) | (70.366) | - | 517.123 |

| Consolidado | Saldo em 31/12/2019 | Adição | Baixa | Depreciação | Transferências | Saldo em 31/12/2020 |
|--------------------------------------|--------------------------------|---------------|----------------|--------------------|-----------------------|--------------------------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 158.926 | 4.628 | - | (8.125) | 1.320 | 156.749 |
| Máquinas e equipamentos | 326.696 | 51.219 | (1.291) | (53.611) | - | 323.013 |
| Móveis e utensílios | 11.123 | 383 | - | (2.265) | - | 9.241 |
| Equipamentos de informática | 10.910 | 1.829 | - | (4.636) | - | 8.103 |
| Instalações | 3.090 | 22 | - | (609) | - | 2.503 |
| Veículos | 93 | - | - | (34) | - | 59 |
| Adiantamento a fornecedores | 8.939 | - | (462) | - | - | 8.477 |
| | 519.777 | 58.081 | (1.753) | (69.280) | 1.320 | 508.145 |

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os investimentos da companhia serão financiados por meio da geração de caixa da própria Companhia, com empréstimos, financiamentos e eventualmente emissão de valores mobiliários.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data da divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui nenhum desinvestimento relevante em andamento ou previsto.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, nos 3 (três) últimos exercícios sociais gastos relevantes no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Conforme divulgado ao longo do ano de 2021, a Companhia está desenvolvendo a estratégia de seu próprio Núcleo Técnico Operacional (NTO) para processamento dos exames de Análises Clínicas.

A representatividade atual dos exames de AC (já excluído os testes de COVID) gera um custo de aprox. R\$90 milhões/ano para a Companhia e a verticalização permitirá uma economia de 25% a 30% desse valor, trazendo maior rentabilidade. Adicionalmente, o NTO ampliará a capacidade para novos testes, em linha com a trajetória de inovação e busca por soluções completas para o cuidado com a saúde e aumentará a competitividade da Companhia junto às operadoras e aos clientes particulares, partindo do conceito *One Stop Shop*.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.